Gleisi Hoffmann is a senator (PT) elected in the 2010 elections. She is 45 years old and graduated in Law with specialization in public administration. Participated in the transition team of the Lula government in 2002 and then was appointed to chief financial officer of owner state Itaipu (electric utility). During this period as chief financial officer, she had better contact with the president Rousseff, who was then Minister of Mines and Energy. He remained in that position until 2006. When she applied first to the Senate, but failed. In 2010, he ran again for the Senate and was elected as senator for the state of Parana.

The impact of the resignation of Minister Palocci should be in the political articulation. The minister Palocci was accumulating on the role of "manager" of government and political operator. His resignation and the choice of Gleisi Hoffman states that the president Dilma decided to separate these tasks. In the first interview after her appointment, Gleisi Hoffman said that his job description was only to manage the government.

It is therefore expected changes to occur in the Ministry of Institutional Relations, currently held by Minister Luiz Sérgio, because this ministry has failed to fulfill the objective initially proposed political operator.

The impact on the economy should be limited, because since the beginning of the government, the president Rousseff has assumed the role of "guarantor of economic policy”, that during Lula's first term was played by Ministry Palocci. In several interviews and speeches, the president has reaffirmed the commitment Dilma with the three pillars of economic policy: inflation targeting, fiscal adjustment and floating exchange rate.

Regardless of the resignation of Minister Palocci, the government had already signaled by the Treasury secretary, that after accumulating a surplus of R$ 41.6 billion by April, well above the target for the period of R$ 22.9 billion, increase the pace of government spending to reduce excess, but without compromising the goal of annual primary surplus of R $ 81.8 billion from the central government. Recalling that the total goal of primary surplus of R$ 117.9 billion, states and municipalities will have to contribute R$ 36.1 billion.

Gleisi Hoffmann é senadora eleita nas eleições de 2010 pelo PT. Ela tem 45 anos e é formada em Direito com especialização em administração pública. Participou da equipe de transição do governo Lula em 2002 e em seguida foi nomeada para diretora financeira da empresa estatal Itaipu Binacional (empresa do setor elétrico). Permaneceu nesse cargo até 2006. Nesse período como diretora financeira, ela teve contato maior com a presidente Dilma Rousseff, que era na época ministra das Minas e Energia. Quando candidatou-se pela primeira vez ao senado, mas não obteve sucesso. Em 2010, candidatou-se novamente ao senado e elegeu-se como senadora pelo estado do Paraná.

O impacto da saída do ministro Palocci do governo deverá ser na articulação política. O ministro Palocci estava acumulando o papel de “gerente” do governo e de articulador político. A sua saída e a escolha da Gleisi Hoffman indica que a presidente Dilma decidiu separar essas atribuições, pois a própria Gleisi Hoffman disse em entrevista coletiva ontem que seu papel seria somente de gerenciamento do governo.

Assim, é esperado que ocorra mudanças no ministério das Relações Institucionais, atualmente ocupado pelo ministro Luiz Sérgio, pois esse ministério não tem conseguido o desempenhar o objetivo inicialmente proposto de articulador político.

O impacto sobre a economia deverá ser limitado, pois desde do início do governo, a presidente Dilma Rousseff tem assumido o papel de “fiadora da política econômica”, que durante o primeiro mandato do governo Lula foi desempenhado pelo Ministro Palocci. Em várias entrevistas e discursos, a presidente Dilma tem reafirmado o compromisso com os três pilares da política econômica: metas para a inflação, ajuste fiscal e câmbio flutuante.

Independente da saída do ministro Palocci, o governo já havia sinalizado através do secretário do Tesouro, que após acumular um superávit primário de R$ 41,6 bi até abril, bem acima da meta para o período de R$ 22,9 bi, o governo aumentaria o ritmo de gastos para reduzir excesso, porém sem comprometer a meta anual de superávit primário de R$ 81,8 bilhões do governo central. Lembrando que a meta de R$ 117,9 bilhões, os estados e municípios deverão contribuir com R$ 36,1 bilhões.